



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Parque Nacional da Serra da Bocaina - PNSB



MEMÓRIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA

LOCAL: Auditório do ICMBio - Paraty/RJ.

DATA: 17/11/2016

HORA: 10h10 às 18h40.

PARTICIPANTES:

Francisco Livino - Chefe do PNSB; **Maristela Resendes** e **Thiago Rabello** - Analistas Ambientais do PNSB; **Suzana Ramineli** - Projeto Cavalos do Mar; **Lindonaldo Almeida (Ney)**, **Claudionor de Oliveira**, **Natália Fidelis Bahia**, **Luis do Amorim**, **Abrahão Rosa de Jesus**, **Manoel da Apresentação**, **Abel Rosa** e **Pedro Amorim** - Assoc. de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade; **Paulo Dal Pino** - Cunhatur; **Francisco Luis Franco** - Instituto Butantan; **Robson Dias Possidônio** - Coordenação Nacional dos Caiçaras; **Lucas Belchior**, **Fausto Campos**, **Plínio Nogueira Filho**, **Davi Paiva**, **Renata Linhares**, **Lira Lopes**, **Camila de Souza** e **Vera de Oliveira** - Associação de Moradores de Trindade; **Neiva Oliveira Cruz** e **Mailza Rosa** - Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade; **Paula Ramos Simplício** - pesquisadora da USP; **João Mendes** - Empresário de Cunha e ex prefeito da cidade; **Leticia de Alcântara Moreira** e **Daniela Riondet Costa** - UNIFEI - Itajubá; **Thaiane Oliveira Arruda** - UFRJ; **Paula Chamy** - UNICAMP; **Thatiana Lourival**, **Daniele Elias Santos**, **Erika Braz Moço** e **Augusto Santiago** - Fórum de Comunidades Tradicionais, **Maria Guadalupe Lopes** - Caxadaço Bocaina Mar, **Gabriela Rosa**, **Camila Casella**, **Laura Casarin**, **Camila Fregui**, **Danielle Ramos**, **Anita Costa**, **Júlia Mortatti**, **Larissa Salla**, **Bruna Nallis**, **Erika Rayner**, **Karen Fernandes**, **Luiza Santana**, **Vinicius Gueudes**, **Jessika Nunes**, **Michele dos Santos**, **Tamara Santos**, **Maria Inez Pagani** - UNESP-Rio Claro.

PAUTA:

- Apresentação e discussão do Projeto Básico para a Concessão de Prestação de Serviços de Recepção e Controle de Visitantes no Parque Nacional da Serra da Bocaina.

DISCUSSÕES DA PAUTA:

a) Início da reunião

A reunião realizada no dia 17 de novembro de 2016 iniciou às 10h10, com o presidente do Conselho Consultivo do PARNA Serra da Bocaina, Francisco Livino, dando boas vindas aos presentes, agradecendo a presença de todos. Em seguida pediu para que todas as pessoas presentes se apresentassem. Após as apresentações o presidente do Conselho fez um breve resumo sobre a importância do Parque principalmente para a região. Logo em seguida exibiu o vídeo do Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, Paulo Carneiro, que não pôde participar da reunião do conselho por causa de imprevistos de agenda. Basicamente o diretor falou sobre a importância da concessão, da experiência do ICMBio nesta área, que a reunião é uma das fases do processo, podendo haver outras reuniões, enfatiza que quer ouvir todos os seguimentos do setor e deseja a todos uma reunião produtiva. Francisco Livino exibiu o vídeo do Parque Nacional da Serra da Bocaina (disponível no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=JzQfKrb8rX4&feature=youtu.be>) logo após o vídeo do diretor para contextualizar e ilustrar o cenário.

b) Apresentação e discussão sobre a Concessão de Prestação de Serviços de Recepção e Controle de Visitantes no Parque Nacional da Serra da Bocaina

O conteúdo do Projeto Básico de Concessão enviado por e-mail para os conselheiros não foi lido durante a reunião, fez-se uma apresentação didática mostrando as estruturas existentes atualmente no Parque através de imagens e mapas e a localização dos locais propostos a serem beneficiados com a

instalação de postos de controle de acesso via concessão. Livino ressaltou que a proposta de concessão abrange especificamente o controle de acesso ao Parque nos seus cinco principais acessos turísticos: Trindade, Estrada Paraty-Cunha, Sertão do Mambucaba, Pedra da Macela, São José do Barreiro. Basicamente a apresentação em *PowerPoint* apresentada por Francisco Livino abordou as seguintes informações: A importância do Parque para região; Mapa do Mosaico Bocaina - importância do corredor da Serra do Mar: o maior remanescente de Mata Atlântica contínua do país; Principais atrativos turísticos do Parque; O que é o Parque hoje; Os resultados gerenciais desde 2008, início da gestão atual da Unidade de Conservação; A experiência do ICMBio com concessão e parcerias; Mapa contendo a proposta de zoneamento gerencial - bases e Pontos de Informação e Controle (PIC); Quadro resumo financeiro do Projeto Básico de Concessão. O conteúdo da apresentação está em anexo a esta memória de reunião. Livino enfatizou que a concessão não abará atividades turísticas como passeio de barco, rafting, guias etc., já operadas por atores locais, se atendo à estruturação e serviços de controle e recepção de visitantes, com cobrança de ingressos. Disse ainda que o ICMBio, por falta de infraestrutura, não tem prestado os serviços adequados à sociedade, independentemente dos serviços ecossistêmicos prestados pelo próprio Parque, tais como: manutenção da biodiversidade, mananciais hídricos, regulação climática, etc. Para que a unidade, porém, amplie sua função junto à sociedade, através da oferta de serviços turísticos e geração de oportunidades de negócios, é necessário ter estruturas gerenciais, o que se busca, através dos recursos do Governo Federal desde 2008. Até hoje, contudo, por conta de vários entraves burocráticos governamentais ainda não se conseguiu a consolidação de tal estruturação, apesar da significativa soma de recursos disponíveis através da compensação ambiental. O projeto de concessão, apresentado na presente reunião, se oferece, portanto, como uma importante alternativa, e, atualmente a mais concreta, para o definitivo alcance das metas. Através dos investimentos privados previstos no projeto o Parque será, finalmente, suprido de estruturação nos seus cinco principais acessos turísticos. Livino apresentou o quadro de resumo financeiro do projeto básico de concessão: Em 10 anos a receita gerada, em Valor Presente, é da ordem de R\$ 104 milhões, dos quais cerca de 70% serão aplicados diretamente no Parque.

Em resumo, se pode afirmar que hoje se apresentam duas opções: continuar tentando superar os entraves governamentais no acesso aos recursos públicos, ainda mais complexos atualmente, devido à grave crise política e orçamentária do país, ou seguir caminhos já trilhados pelo ICMBio na estruturação turística de outros Parques Nacionais, através de processos de concessão. A concessão é parte de um processo de consolidação do Parque que iniciou em 1971 com a sua criação. Não será, evidentemente, apenas com a estruturação de cinco pontos de acesso que o Parque resolverá a integralidade de seus problemas, mas, a partir do êxito desse processo a Unidade de Conservação atingirá reconhecimento junto à sociedade e ao próprio ICMBio, tendendo a se fortalecer política e socialmente rumo à continuidade na sua implementação.

Livino informou que inicialmente o ICMBio tendeu por uma concessão especificamente para a área de Trindade, porém, a gestão do Parque Nacional argumentou a necessidade de que as regiões mais visitadas da unidade, como a Trindade e a Paraty-Cunha concedam viabilidade econômica para aquelas de menor visitação, tendendo a um equilíbrio para a sustentabilidade econômica do todo. É sabido que as duas áreas citadas respondem por quase a totalidade dos visitantes, contudo, a ideia é que essas áreas consigam viabilizar a instalação dos demais pontos de controle de acesso à Unidade de Conservação, previstas no atual projeto, funcionando ainda como estímulo à visitação das demais áreas. Livino ressaltou também que para que a concessão seja atrativa financeiramente para as empresas que irão concorrer com propostas, é necessário que as taxas de retorno sejam fundamentadas nas práticas de mercado, se baseando em índices oficiais, como a "SELIC". Na modelagem econômica, por exemplo, para se chegar a números de atratividade foram necessários cortes em investimentos e serviços inicialmente pensados.

Após a apresentação do presidente do conselho, foi aberto o debate para comentários, perguntas e sugestões dos presentes, não especificamente só conselheiros, quando, por exemplo, houve a queixa

de alguns participantes de que apenas uma semana teria sido pouco para que os conselheiros pudessem ler e entender todo o conteúdo do Projeto Básico da Concessão, composto por 60 páginas.

Abaixo são descritos os principais questionamentos com respectivas respostas e as principais sugestões e comentários:

- Representações dos moradores do entorno, notadamente da Trindade, perguntaram o que os moradores locais ganham com a concessão? Será investido algum recurso nas comunidades visando sua melhoria de infraestrutura e saneamento? Por que não firmar parcerias com a própria comunidade? Livino respondeu que os moradores de entorno receberão um turismo mais qualificado e ordenado o que incentivará os visitantes a retornarem mais vezes, resultando também em propaganda positiva do local. Na prática o presente processo visa fornecer as condições básicas para que o ICMBio cumpra o seu papel institucional, gerando desenvolvimento e renda às comunidades do entorno. Foi exposto ainda a geração de cerca de cem postos de trabalho, cuja priorização será dada às comunidades locais.

Foi destacado ainda que a competência institucional do ICMBio tem foco nas Unidades de Conservação Federais, tendo cada instituição pública suas atribuições e responsabilidades. O Parque, contudo, é e, continuará sendo, parceiro na busca de soluções para melhoria das condições de infraestrutura para as áreas de seu entorno, vindo a atingir cada vez mais força política nessas interlocuções à medida de seu fortalecimento. Livino enfatizou que os atores locais que já operam serviços na unidade, ou em função dela, tais como a ABAT (Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores da Trindade), guias de Trekking em São José do Barreiro, donos de pousadas e restaurantes e associações comunitárias que operam roteiros ecoturísticos continuarão atuando no Parque. A concessão não abrangerá atividades turísticas no interior da Unidade de Conservação, salvo, especificamente o controle e recepção dos visitantes, ao contrário vindo a fornecer as condições para a regulamentação e formalização das atividades que hoje existem, trazendo qualificação e segurança aos operadores.

Foi ainda ressaltada a diversidade de negócios e parcerias que o Parque pode proporcionar, desde pequenos negócios até grandes operações com complexidade proporcional, tal como a cobrança integrada de ingressos em seis municípios, com controle em tempo real pelos sistemas do Governo, sendo, para essas últimas, necessário atores com comprovada capacidade tecnológica e operacional.

Por fim foi destacado que se procurou modelar os resultados para o menor prazo possível de compromisso, e que serão continuamente buscados modelos de aperfeiçoamento, visando o máximo de direcionamento dos recursos gerados para os fins da conservação e do desenvolvimento social.

- Representante do Fórum de Populações Tradicionais afirmou que se deve tentar inovar, criar novos modelos de parceria, mais inclusivos, que empoderem as comunidades locais e que a Parceria Público Privada (PPP) não é a melhor forma de gestão para o Parque. Livino informou que a concessão que está sendo discutida não é uma PPP nos moldes da legislação a esse respeito. Não haverá gestão compartilhada com a empresa vencedora da concessão. A gestão da UC, ao contrário, permanecerá integralmente nas mãos do Governo, cabendo à concessionária tão somente a operação dos serviços de controle e cobrança de acessos e recepção de visitantes. Complementou, no entanto, informando que qualquer repasse de responsabilidades na operação de serviços, com uma instituição que não seja pública (exemplo: ABAT, Associação de Produtores Rurais do Vale do Mambucaba) pode ser considerada uma parceria público privada, na concepção da palavra.

- Após essa reunião qual será o próximo passo, referente a concessão? Foi colocado que o presente projeto básico e os estudos de viabilidade econômica que compõem o edital ainda se encontram em fase de refinamento e pactuação interna no ICMBio e que há tempo hábil para a apresentação de críticas e sugestões com o fim de aperfeiçoar o processo. Ainda haverá reuniões internas e, possivelmente, outras consultas públicas, estas possivelmente promovidas pela própria Direção do Instituto. A partir da conclusão do processo de formatação da proposta e superadas todas as

aprovações técnicas e jurídicas necessárias, incluindo aí a incorporação dos aperfeiçoamentos sugeridos pela sociedade, será lançado o certame de concorrência pública que, por sua vez, também contará com um prazo de publicidade antes da apresentação das propostas. Espera-se a conclusão de todo o processo para o primeiro trimestre de 2017.

- **O representante do Instituto Butantan argumentou que deve ser aumentado o peso para os critérios técnicos e sociais na proposta do projeto básico de concessão e reduzindo o peso nos critérios econômicos.** Livino informou que no projeto só há dois critérios o econômico e o técnico. No técnico estão incluídas também as questões sociais. Informou ainda que este projeto básico foi elaborado com prazo exíguo, com base em processos anteriores, como os do Parque Nacional da Tijuca, tendo se mantido tais parâmetros. Explicou que os organismos de controle do Governo acabam por obrigar este peso maior nos aspectos financeiros, já que os parâmetros de proposta técnica carregam forte dose de subjetividade. Considerou importantíssima as sugestões dos conselheiros, se comprometendo a lutar pela maximização do peso técnico na avaliação das propostas.

- **A Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade criticou a realização da concessão sem antes finalizar a questão dos limites do Parque.** Livino disse que não se fará qualquer licitação antes de concluída a homologação da revisão cartográfica dos limites do Parque Nacional, que abarca todo o seu perímetro, muito além da Trindade. Tal processo se encontra avançado, tanto em relação ao aspecto técnico do mapeamento, quanto em relação à articulação interna entre a equipe técnica e a Divisão de Consolidação de Limites (DCOL) do ICMBio. Os diversos processos gerenciais do Parque, contudo, correm em paralelo, não sendo possível aguardar a plena consolidação de cada agenda, para se avançar nas demais.

- **A representação da ONG Cachadaço Bocaina Mar cobrou a apresentação da monitoria final do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina da Área Estratégica de Trindade. Pois esse documento é fundamental como base para os conselheiros analisar o conteúdo do Projeto Básico de Concessão.** Foi informado que o relatório de revisão da área já se encontra praticamente consolidado com a sede, praticamente na íntegra do texto já pactuado com o conselho, sem qualquer modificação de relevância conceitual, restando apenas pendente a questão relacionada à permanência do cemitério, o que também já se encontra praticamente superado, inclusive com Parecer jurídico favorável. Foi firmado o compromisso de disponibilização breve do material aos conselheiros da Trindade.

- **Foi sugerido que todo o conteúdo do Projeto Básico deveria ter sido lido na reunião para que fossem discutidos todos os pontos do mesmo.** Livino disse não ser pertinente a leitura integral do projeto básico, já que o que se apresenta para a discussão é o conceito da proposta, não vindo a ser produtivo, e nem viável, a discussão em um grande fórum de um documento de mais de sessenta páginas. Destacou ainda que o documento original foi enviado aos conselheiros, estando de posse dos mesmos, que o têm na íntegra para qualquer consideração em nível de detalhe.

- **Foi sugerido marcar uma data para que os conselheiros pudessem ler o Projeto Básico de Concessão com mais tempo e apresentar propostas.** Livino enfatizou que o projeto ainda não está finalizado e que o Parque está em processo de colher sugestões. Foi definido que um prazo aproximado de um mês para quaisquer contribuições, tempo este em que o processo estará em aprofundamento e pactuação interna.

- **Representantes da Trindade fizeram breves históricos sobre Trindade, enfatizando tudo que sofreram e enfrentaram desde a década de 70. Justificando, além de tal histórico, também o motivo de ser a área do Parque que recebe maior impacto da visitação e ser a área que irá sustentar o restante do Parque para propor que seja investida parte do dinheiro da concessão em benfeitorias na comunidade, tal como o saneamento, de forma a dar uma contrapartida para os moradores.** Livino informou que assim como a maior parcela da arrecadação vem da Trindade, a

maior parcela dos investimentos e custeio serão aplicados também nesta região, e que o maior fluxo de turistas também acarreta uma maior fonte de renda na própria comunidade. Alegou, ainda, que os números do estudo de viabilidade econômica estão trabalhados com pouca margem, vindo a ser necessário, para o estabelecimento ao concessionário de investimentos adicionais, ou o corte de serviços já previstos, ou o aumento de arrecadação, através de outras atividades, se entendendo que nenhuma das duas opções seria recomendável.

- A advogada do Fórum de Populações Tradicionais alegou que não se pode avançar na cobrança de ingressos e estruturas para o Parque no modelo proposto, pois tais realizações fortaleceriam o Parque Nacional e fragilizariam as populações tradicionais, que lutam por seus territórios. Enfatizando que as comunidades não podem perder os direitos delas em suas áreas, os direitos delas precisam ser garantidos. Livino esclareceu que o que se busca é justamente o fortalecimento do Parque Nacional. Questionou a visão de que o fortalecimento do Parque seria o enfraquecimento das populações, questionando ainda o porquê de não se desejar o fortalecimento do Parque Nacional? Afirmou ainda que o que se discutia naquele momento era tão somente a estruturação da unidade em suas ferramentas de controle de acesso e arrecadação. Que não haveria qualquer cerceamento decorrente deste processo no livre acesso dos moradores que ainda habitam o interior da unidade. Afirmou ainda que as demais agendas do Parque, incluindo a questão territorial e a regularização fundiária continuará a se desenvolver, independentemente do processo de concessão, nos mesmos lócus em que já se desenvolvem.

Francisco Livino encerrou a parte de esclarecimentos informando que o Parque está aberto para novas conversas com objetivo de dar continuidade ao processo de concessão, complementou dizendo que o próprio diretor indicou essa possibilidade em sua fala no vídeo de abertura da reunião.

Outros pontos fora da pauta foram questionados, conforme apresentado a seguir:

- Haverá Plano Verão em Trindade? O que será de Trindade sem o ICMBio e sem estacionamento no verão? Qual é a proposta do Parque? Livino informou que, em realização ocorrida entre o ICMBio (Parque e APA), a Prefeitura Municipal de Paraty e a Associação de Moradores da Trindade, foi firmado o compromisso da realização de operações pontuais de fiscalização pelo ICMBio, bem como o apoio mútuo para a reestruturação do estacionamento da AMOT.

- Foi sugerido que o Parque renovasse a parceria com os Bombeiros para que esses atuem em Trindade durante o verão. Tal tema também foi abordado na referida reunião, tendo havido o compromisso do Prefeito Municipal de reforçar a solicitação ao CBMERJ, tendo o Parque Nacional se comprometido a corroborar com esta articulação.

- O representante da Coordenação Nacional dos Caiçaras, leu a letra da música de Raul Seixas e Claudio Roberto: “Aluga-se”. Fazendo comparação da música com a concessão que se está discutindo para o Parque. Dando a entender que é uma forma de “vendermos” as áreas das Unidades de Conservação para empresários e excluindo as comunidades locais. Livino alegou não aceitar tal colocação por parte, justamente, do Presidente da Associação (o representante é também presidente da ABAT) cuja formalização de parceria para a operação de serviços turísticos na UC é justamente a mais avançada e próxima, vindo apenas a corroborar com uma atividade que já existe há décadas e que só recebeu apoio do ICMBio.

- Uma aluna do curso de Ecologia da UNESP que assistia à palestra, junto à turma de Manejo de Áreas Silvestres, da professora Maria Inez Paganini, perguntou por que o Parque não muda de categoria, como aconteceu na Ilha Grande onde a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul passou a ser Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Livino esclareceu que tais recategorizações só são possíveis por Lei e reforçou a importância das unidades de proteção integral, notadamente em um bioma, cujas espécies se encontram reduzidas a populações residuais e que dispõe de apenas 2% de sua área protegidas por unidades de conservação dessa categoria.

Alguns representantes de instituições-membro do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina fizeram questão de que fossem registrados na memória da reunião seus posicionamentos quanto à Concessão, conforme é apresentado a seguir:

Neiva Oliveira Cruz, representante da Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade: “A associação que eu represento não concorda com a concessão.” Disse que a primeira coisa a ser feita é resolver a questão dos limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina, especialmente em Trindade.

Robson Dias Possidônio, representante da Coordenação Nacional dos Caiçaras: Não concorda com a concessão da forma que está sendo proposta.

c) Encaminhamentos

- Organizar apresentações sobre concessão, permissão e autorização, para aqueles atores que manifestarem o desejo.
- Organizar uma reunião em Trindade para apresentar o resultado da Monitoria do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina para Área Estratégica Interna de Trindade.
- O Parque irá disponibilizar para os conselheiros todos os documentos públicos gerados nos estudos da concessão após finalizados, incluindo o relacionado à operação da estrada Paraty-Cunha. As demais instituições, não são conselheiras, que queiram ter acesso a estes estudos, deverão formalizar a solicitação desses documentos junto ao ICMBio.
- O parque receberá **até o dia 15 de dezembro** do corrente ano (quinta-feira) as manifestações formais sobre o Projeto Básico de Concessão com sugestões. Foi ressaltado que as manifestações podem ser entregues **em mãos em um dos escritórios do Parque e/ou enviadas por e-mail do Parque (pnsb.rj@icmbio.gov.br)**.
- A avaliação das propostas deverá dar mais peso à proposta técnica, em detrimento à proposta econômica, na medida do possível.
- O projeto deve ser mais enfático no sentido de priorizar a contratação de mão de obra local, não somente para os postos de menor salário.
- Projeto básico de concessão onde está escrito comunidades incluir “/**comunidades tradicionais**”.

Às 18h40 foi encerrada a reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Considerando que todas as principais discussões foram relatadas e, nada mais havendo a lavar, encerro a presente Memória de Reunião com 7 (sete) páginas; incluindo o arquivo fotográfico. Redigiu a presente Memória de Reunião a Secretária Executiva do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, Maristela Resendes, com a devida revisão do presidente do conselho, Francisco Livino.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO ICMBio EM PARATY/RJ NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2016.



Foto 1: Espaço da reunião.



Foto 2: Início da reunião.



Fotos 3 e 4: Participantes da reunião.